

CARGO: AGENTE FISCAL

PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO Nº 042/2022 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Atenção: Confira seu cargo e leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

1. Seu caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 5
Matemática	6 a 10
Informática	11 a 15
Conhecimentos Específicos	16 a 40

2. A Prova terá duração de 3h e 30min (três horas e trinta minutos), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário e/ou beber água, você deverá solicitar ao Fiscal de Sala e somente levantar após autorização.
5. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
6. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
7. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura. Caso o fiscal constate alguma irregularidade irá anotar em Ata da Sala, para devidas providências da Comissão Organizadora.
8. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
9. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
10. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, **assine no campo destinado à assinatura do candidato**. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
11. Caso algum equipamento eletrônico emita som, mesmo que desligado e lacrado no plástico de pertences, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
12. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente. **Atenção:** verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
13. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada, em branco ou preenchidas de forma diferente das instruções serão anuladas.
14. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
15. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
16. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
17. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
18. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.

-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Entenda as questões por trás da quantidade de água recomendada por dia

Beber água é importante, mas dois litros por dia não é regra, dizem especialistas

A água é uma grande parte da composição do corpo humano, cerca de 60 a 70%

Que beber água é imprescindível para a manutenção da saúde não há dúvidas – isso é um consenso. No entanto, a quantidade diária a ser ingerida ainda é alvo de divergências entre as comunidades médica e científica.

“Por ser tão crítica para a vida, há processos fisiológicos que controlam de forma estrita o balanço de sal e água no organismo. De forma simplificada, para manter a quantidade de água do nosso corpo, é preciso repor as perdas”, afirma o professor Eduardo Barbosa Coelho, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP).

Um estudo da Universidade de Aberdeen, no Reino Unido, publicado em novembro de 2022, colocou mais lenha na fogueira da discussão sobre a quantidade ideal de água por dia.

A pesquisa aponta que a ingestão recomendada de água de oito copos, cerca de dois litros, por dia raramente corresponde às necessidades reais e, muitas vezes, pode ser alta. Segundo a pesquisa, a quantidade necessária para ser bebida varia entre 1,3 a 1,8 litros por dia, a depender da idade, clima e onde a pessoa vive.

Um estudo publicado na revista Science indica que o volume para consumo diário é determinado por diversos fatores como sexo, idade, aspectos físicos, umidade do ar, temperatura e até mesmo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Nesse sentido, pode não existir uma quantidade ideal de água — como os famosos dois litros —, já que a influência de múltiplos pontos modifica a necessidade de cada indivíduo.

“Não há um valor ‘normal’ ou recomendável para se ingerir ao dia. Geralmente, para um adulto numa dieta normoproteica padrão, cerca de um a um e meio litros de água serão suficientes para manter o balanço hídrico. Porém, esse valor dependerá do metabolismo individual, da idade, da distribuição de gordura corporal, das condições ambientais, da atividade física e de outros fatores que afetam a perda de água. Há uma ideia generalizada de que consumir água faz bem à saúde. Como descrito acima, há mecanismos fisiológicos para a manutenção de um equilíbrio hídrico e caso haja falta de água a sede aparecerá”, afirma Coelho.

[...]

Adaptado de <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-as-questoes-por-tras-da-quantidade-de-agua-recomendada-por-dia/>

1. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- a) cada indivíduo deve saber a quantidade ideal de água a ser ingerida, e é obrigação de cada um se informar e calcular a sua própria quantidade.
- b) sem água, o corpo desidrata e com a desidratação, doenças que afetam os rins podem surgir, tais como: cálculos renais.
- c) vários fatores devem ser considerados para afirmar a quantidade necessária de água a ser ingerida.
- d) com a falta de água em algumas regiões do país, fica difícil ingerir a quantidade recomendada por especialistas.

2. Analise: “Beber água é importante, mas dois litros por dia não é regra” e assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das orações.

- a) Oração Coordenada Sindética Aditiva.
- b) Oração Coordenada Sindética Conclusiva.
- c) Oração Coordenada Assindética.
- d) Oração Coordenada Sindética Adversativa.

3. Assinale a alternativa cujas vírgulas foram utilizadas no mesmo intuito que o trecho a seguir: “a quantidade necessária para ser bebida varia entre 1,3 a 1,8 litros por dia, a depender da idade, clima e onde a pessoa vive.”

- a) “No entanto, a quantidade diária a ser ingerida ainda é alvo de divergências entre as comunidade médica e científica.”
- b) “Como descrito acima, há mecanismos fisiológicos para a manutenção de um equilíbrio hídrico e caso haja falta de água a sede aparecerá”
- c) “o volume para consumo diário é determinado por diversos fatores como sexo, idade, aspectos físicos, umidade do ar, temperatura e até mesmo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).”
- d) “Geralmente, para um adulto numa dieta normoproteica padrão, cerca de um a um e meio litros de água serão suficientes para manter o balanço hídrico.”

4. Analise: “Como descrito acima, há mecanismos fisiológicos para a manutenção de um equilíbrio hídrico e caso haja falta de água a sede aparecerá”, afirma Coelho.” E assinale a alternativa correta.

- a) “Há” e “Haja” são do verbo haver e por isso estão grafados com -h.
- b) “Haja” pode ser substituído por “aja” sem alterar o sentido da oração.
- c) “Há” pode ser substituído por “a” sem alterar o sentido da oração.
- d) “Um” é numeral.

5. Analise: “Há uma ideia generalizada de que consumir água faz bem à saúde.” E assinale a alternativa correta quanto ao uso da crase.

- a) Ela pode ser retirada, pois neste trecho é opcional.
- b) A crase está presente por conta do substantivo “saúde”, se fosse “vida”, ela não estaria presente.
- c) Se substituir “saúde” por “rins”, a crase deve ser retirada.
- d) “Há” também é acento indicativo de crase.

Matemática

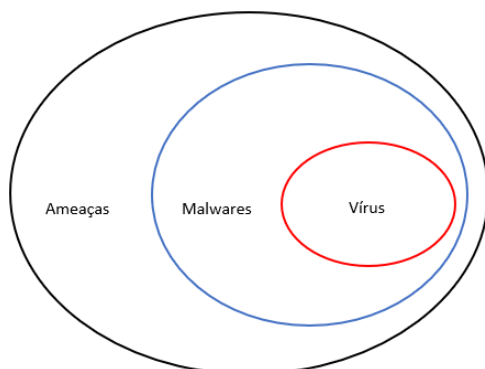
6. Um anagrama na matemática é formado a partir da permutação de letras de uma palavra. Quantos anagramas são possíveis fazer com as letras da palavra MARINGA?

- a) 2720.
- b) 2520.
- c) 2180.
- d) 760.

7. João e seu primo nasceram no mesmo dia do ano, porém João é 5 anos mais velho que seu primo. Sabe-se que o produto das idades que ambos possuem hoje é igual a 126. Daqui há 10 anos qual será o produto das idades que João e seu primo terão?
- a) 456.
b) 358.
c) 216.
d) 171.
8. Uma criança começou a guardar moedas de R\$ 0,25 e R\$ 0,50 em seu cofrinho, e ao final de um mês foi conferir quanto havia guardado. Foram contabilizados R\$ 19,00 e um total de 54 moedas. Quantas moedas de R\$ 0,25 foram guardadas no cofre?
- a) 20.
b) 22.
c) 24.
d) 32.
9. Um capital de R\$ 25000,00 foi aplicado a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês por um período de 3 meses. Qual o montante após os 3 meses em que o capital ficou aplicado.
- a) R\$ 25750,00
b) R\$ 26010,00
c) R\$ 26530,20
d) R\$ 26640,80
10. Em uma disciplina, a média final é calculada a partir da média ponderada entre as notas das provas 1, 2 e 3 sendo que as duas primeiras tem peso 2 e a terceira prova tem peso 1. Qual a média final de um estudante que ficou com notas 6,3; 7,2 e 5,0 nas provas da disciplina?
- a) 6,1
b) 6,2
c) 6,3
d) 6,4

Informática

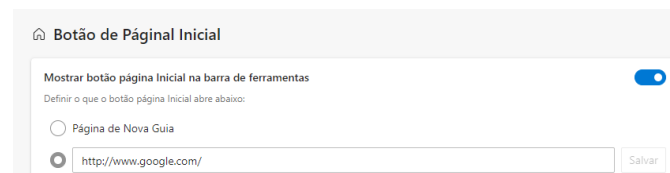
11. Analise a figura a seguir:



Fonte: AVG – Diferenças entre malware e vírus (adaptada)

Considerando as informações apresentadas na figura e seu conhecimento sobre ameaças cibernéticas, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Malware é uma ameaça, que consiste em um software malicioso que pode prejudicar um alvo de várias maneiras. Um vírus é um tipo de malware que se replica e se espalha.
- II. Vírus e Malwares são ameaças, mas nem todo malware é um vírus.
- III. Malware refere-se a qualquer tipo de software malicioso desenvolvido para obter acesso não autorizado a uma rede, computador ou sistema.
- IV. O malware é frequentemente equiparado a vírus de computador, mas os malwares são apenas uma das muitas subcategorias de vírus.
- a) Apenas I e II estão corretas.
b) Apenas II e IV estão corretas.
c) Apenas I, II e III estão corretas.
d) Apenas II, III e IV estão corretas.
12. O arsenal de atalhos disponível no Microsoft Word se estende muito além do popular comando copiar e colar ou imprimir. Relacione as colunas referentes às teclas de atalho e assinale a alternativa com a sequência correta.
1. Ctrl + A
2. Ctrl + B
3. Ctrl + N
4. Ctrl + W
5. Ctrl + T
- () Aplicar negrito ao texto selecionado.
() Abrir um documento.
() Fechar documento.
() Salvar um documento.
() Selecionar tudo.
- a) 2 – 3 – 4 – 1 – 5.
b) 3 – 1 – 4 – 2 – 5.
c) 3 – 2 – 5 – 1 – 4.
d) 5 – 1 – 4 – 2 – 3.
13. Observe uma parte da janela de configuração do Microsoft Edge apresentada na imagem a seguir:

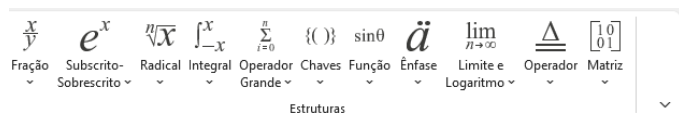


Fonte: Microsoft Edge – Windows 10.

Para alterar o endereço a ser exibido no botão Página Inicial, é necessário acessar qual opção na guia configurações?

- a) Perfis e aparência.
b) Privacidade, pesquisa e serviços.
c) Navegador padrão e página inicial.
d) Iniciar, página inicial e novas guias.

14. Considere a imagem a seguir:



Fonte: Microsoft Word – Office 365.

As fórmulas matemáticas representam um grande desafio para a maioria dos softwares, porque normalmente eles não aderem às regras básicas de qualquer representação de texto. No Word, é possível inserir fórmulas usando o teclado - semelhante aos scripts LaTeX. Sendo assim, assinale a alternativa que corresponde aos comandos necessários para inserir uma equação no Word do Microsoft 365.

- a) Selecione a guia Inserir, depois clique em Equação ou pressione Alt + =
- b) Selecione a guia Inserir, depois clique em Equações do Office ou pressione Ctrl + E
- c) Selecione a guia Exibir, depois clique em fórmulas matemáticas.
- d) Selecione a guia Design, depois clique em Equação.

15. O Excel do Microsoft 365 usa concatenação para combinar cadeias de caracteres de duas ou mais células em uma terceira célula separada. Essa operação é executada usando a função CONCAT ou o operador de encadeamento. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. A sintaxe da função CONCATENAR é: =CONCAT(Texto1; Texto2,...)
 - II. Se a cadeia de caracteres resultante exceder seu limite de caracteres (limite da célula), CONCAT retornará o erro #VALOR!
 - III. O e comercial (&) pode ser usado para concatenar no Excel.
 - IV. Ao concatenar a célula A1 (com o conteúdo "OLÁ") com a célula B1 (com o conteúdo "MUNDO"), digite =CONCAT(A1:B1) e o resultado será o valor "OLÁ MUNDO".
- a) Apenas I e III estão corretas.
 - b) Apenas II e IV estão corretas.
 - c) Apenas I, III e IV estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.

Conhecimentos Específicos

16. O SEI é um dos produtos do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da Administração Pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. O SEI é uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo, ainda que distantes fisicamente, reduzindo o tempo de realização das atividades. Para realizar a criação de um novo processo, deve-se

- a) clicar na barra iniciar processo, na tela de controle de processos.
- b) clicar no ícone criar processo.
- c) não é possível criar um novo processo, apenas alterar os processos já existentes.
- d) clicar na barra bloco de processos, em seguida, clicar na barra iniciar processo SEI.

17. De acordo com a Lei complementar n. 413/2001, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, com precisão, a natureza das obrigações previstas, o Agente Fiscal poderá

- a) exigir, a qualquer tempo, a exibição de documentos, desde que, legalmente, constituam objeto de fiscalização.
- b) exigir informações orais.
- c) notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fiscalizadora ou a qualquer órgão onde não tenha pendência.
- d) requisitar auxílio de força pública ou requerer ordem judicial, mesmo que dispensável à realização de diligências.

18. Em Maringá, a Zona de Comércio Central – ZCC é aquela em que predominam funções diversificadas, atividades de animação e concentração de emprego, e, além do uso residencial:

- a) são permitidas indústrias incômodas e nocivas.
- b) são permitidos comércio e serviços centrais e vicinais e uso residencial unifamiliar, bifamiliar e multifamiliar.
- c) é permissível o uso comercial multifamiliar mediante outorga onerosa.
- d) são permitidas indústrias incômodas e proibidas as nocivas.

19. A Lei complementar nº 889/2001 regula o parcelamento do solo no Município de Maringá, obedecidas as demais normas federais e estaduais relativas à matéria. Segundo a referida norma, nenhum parcelamento do solo para fins urbanos será permitido em

- a) terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, mesmo quando tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- b) terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, ainda que sejam previamente saneados.
- c) terrenos com declividade inferior a 15,0% (quinze por cento).
- d) terrenos cujas condições geológicas contraindiquem a edificação.

20. A Lei complementar nº 1.045/2016 traz o princípio de desempenho das edificações. Segundo a referida norma, os profissionais incumbidos da produção do habitat humano através da arquitetura e engenharia deverão implantar edificações em harmonia com o entorno urbano natural, construídas com base no conhecimento das características ambientais, topográficas e geológicas do terreno, buscando

- a) abertura a favor de incêndio.
- b) isolamento térmico em qualquer clima.
- c) iluminação e ventilação sempre naturais.
- d) avaliação sistêmica do impacto ambiental decorrente da ocupação da edificação.

21. De acordo com a Lei complementar nº 850/2010, caracterizam-se como imóveis em mau estado de conservação aqueles que

- a) possuam ervas daninhas, matos, inço ou conjunto de plantas nocivas ao meio urbano em altura inferior a 80cm (oitenta centímetros).
- b) com autorização específica acumulem resíduos sólidos da classe II B - inertes, segundo a NBR 10004/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- c) acumulem resíduos sólidos da classe II A - não inertes, segundo a NBR 10004/2004 da ABNT.
- d) não possuam sistema de reaproveitamento da água da chuva.

22. Assinale a alternativa em desacordo com o Decreto nº 2134/2019.

- a) Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito deverão ser gerados eletronicamente, numerados em série e preenchidos de forma clara e precisa sem entrelinhas, rasuras ou emendas, mencionando o Auto de Infração, o Auto de Apreensão e o Termo de Depósito.
- b) Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito serão lavrados pelo agente atuante que houver verificado a prática infrativa preferencialmente no local onde foi comprovada a irregularidade.
- c) O Auto de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito serão lavrados em impresso próprio, composto de três vias numeradas tipograficamente.
- d) Quando necessário para comprovação de infração, os Autos serão acompanhados de laudo pericial. Quando a verificação do defeito ou vício relativo à qualidade, oferta e apresentação de produtos não depender de perícia, o agente competente consignará o fato no respectivo Auto.

23. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. Em relação ao tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- b) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- c) As sociedades coligadas só responderão por dolo.
- d) Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

24. O Decreto municipal nº 0337/2018 regulamenta a Lei complementar 1093/2017 que institui as políticas municipais de Meio Ambiente no Município de Maringá, dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente; estabelece o processo administrativo municipal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Sobre o tema, é correto afirmar que

- a) a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, que se refere o artigo 62 § 4º suspende a exigibilidade da multa aplicada e implica renúncia ao direito de recorrer administrativamente.
- b) a celebração do TAC põe fim ao processo administrativo e o órgão ambiental monitorará e avaliará, a qualquer tempo, o cumprimento das obrigações pactuadas.
- c) a efetiva conversão da multa se concretizará somente após a conclusão do objeto, parte integrante do projeto, a sua comprovação pelo executor, podendo ser concomitante à aprovação pelo órgão municipal emissor da multa.
- d) o TAC terá efeito apenas na esfera administrativa.

25. Assinale a alternativa correta à luz da legislação municipal de Maringá e outros normativos.

- a) Nas diligências realizadas pela equipe de fiscalização do Bem-Estar Animal, uma vez constatada a criação e/ou comercialização de animais sem alvará de licença, dependendo da condição verificada, será realizada a imediata apreensão dos filhotes e dos machos e fêmeas utilizados como matrizes.
- b) Considera-se maus-tratos contra animais a prática regular de Rodeio.
- c) No caso de animais abandonados em residência cujo locatário tenha rescindido o contrato e deixado de residir no local, a responsabilidade será do locatário, sendo que o locador responderá subsidiariamente pelas penalidades previstas na Lei n. 10467/2017.
- d) Para os efeitos da Lei n. 10467/2017, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, inclusive utilizá-los para fins de guarda e vigilância de obras públicas.

26. Assinale a alternativa em desacordo com o Decreto nº 1749/2017.

- a) Excepcionalmente, a coleta pública municipal poderá, mediante pagamento de taxa de coleta, coletar os resíduos equiparados aos domiciliares, gerados em estabelecimentos comerciais, industriais ou de serviços, nos termos deste regulamento.
- b) É obrigação do Município de Maringá, por meio do serviço público de limpeza urbana, coletar os seguintes resíduos sólidos urbanos: os originários de atividades domésticas em residências urbanas incluídos os rejeitos e os resíduos recicláveis; os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
- c) Ao serviço público de limpeza urbana, é permitido coletar resíduo reciclável proveniente de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços definidos como pequenos geradores.
- d) Excepcionalmente, a coleta pública municipal poderá, mediante pagamento de taxa de coleta, coletar os rejeitos equivalentes aos domésticos, gerados em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, enquadrados como Grandes Geradores, nos termos do art. 4 deste Decreto.

27. **Segundo a Lei complementar nº 218/1998, é proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com: ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza produzidos por qualquer forma, que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados pela referida Lei. Não se compreendem nas proibições ruídos e sons produzidos por**
- sirenas ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais, independente de serviço de socorro e policiamento.
 - explosivos utilizados no arrebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que previamente licenciados pela SEUMA.
 - fanfarras ou bandas de música, em procissão, cortejos ou desfiles cívicos.
 - apresentações musicais em geral, devidamente autorizadas, em convenções, feiras e exposições, desde que, no período diurno, não ultrapassem os limites de 50dB(A) e, no período noturno, os limites de 65dB(A).
28. **Os bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias e cantinas, no âmbito do Município de Maringá, que ofereçam música ao vivo ou por qualquer sistema de ampliação mecânica do som a seus clientes, em suas dependências, ficam sujeitos ao atendimento das seguintes condições de funcionamento, exceto:**
- durante os dias da semana e aos domingos, para os estabelecimentos comerciais abertos, o horário limite para este serviço será às 23h (vinte e três horas).
 - às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, para os estabelecimentos comerciais abertos o horário limite para este serviço será a 0h (zero hora).
 - durante os dias da semana e aos domingos, para os estabelecimentos comerciais fechados, o horário limite para este serviço será a 1h (uma hora) do dia imediatamente posterior.
 - às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, para os estabelecimentos comerciais fechados, o horário limite para este serviço será às 2h (duas horas) do dia imediatamente posterior.
29. **A Logística Reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. No que tange à Logística Reversa, não é uma das providências a ser tomada pela SEMA:**
- fiscalizará a implementação e estruturação de Ecopontos pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes para o recebimento de produtos, de forma atrelada ao serviço público de limpeza urbana (conforme art. 33 da PNRS), para o retorno do produto após o seu uso pelo consumidor.
 - implantar um sistema de responsabilidade compartilhada para o destino dos resíduos sólidos, onde o consumidor, o revendedor e o fabricante tornam-se responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei n. 12.305/2010).
 - realizará atividades definidas por Acordo Setorial ou Termo de Compromisso na forma do parágrafo 7 do art. 33 da PNRS, mediante remuneração pelo setor empresarial.
- d) desenvolverá por meio de Convênios, Termos de Compromissos e Acordos Setoriais, entre o Poder Público, Promotoria de Meio Ambiente, SEMA/PR, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, a Logística Reversa no Município.
30. **Em Maringá, a Lei nº 10510/2017 dispõe sobre a execução dos serviços de poda, corte, remoção com destoca e substituição de árvores do passeio público dos logradouros municipais. Segundo o referido normativo, os munícipes interessados poderão contratar empresa especializada, após liberação de laudo técnico pelo órgão competente da Administração, às suas expensas, para a execução dos serviços de poda, corte, remoção com destoca e substituição de árvores do passeio público dos logradouros municipais. Ainda de acordo com o mesmo dispositivo, assinale a alternativa incorreta.**
- Havendo remoção de árvore do passeio público, o replantio é obrigatório e a espécie da árvore a ser plantada será indicada pelo órgão competente da Administração Municipal, conforme legislação vigente.
 - As empresas especializadas interessadas na prestação dos serviços deverão demonstrar possuir equipamentos de sinalização e de segurança, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT nº 1051, tais como: cones de sinalização reflexiva em PVC flexível, fitas de sinalização em listras transversais, tipo "zebrada", equipamentos estes que deverão ser utilizados para isolamento da área de execução dos serviços.
 - A Administração Municipal disporá do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para execução dos serviços no órgão municipal competente, para vistoria, emissão de laudo técnico e despacho pela autoridade responsável.
 - As empresas acionadas pelos munícipes deverão firmar termo de responsabilidade civil por quaisquer danos causados durante a execução dos serviços, assumindo a obrigação por indenizações e reparos que se fizerem necessários, nos prazos e condições determinados pela legislação pertinente.
31. **Assinale a alternativa correta em relação às calçadas que apresentarem variação na sua dimensão, segundo os normativos aplicáveis da legislação municipal de Maringá.**
- As calçadas com dimensão entre 3m (três metros) e 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) deverão atender ao padrão da calçada de 3m (três metros).
 - As calçadas com dimensão entre 3,51m (três metros e cinquenta e um centímetros) e 4m (quatro metros) deverão atender ao padrão da calçada de 3m (três metros).
 - As calçadas com dimensão superior a 5m (cinco metros) deverão atender sempre o padrão da de 5m (cinco metros), respeitando sempre as dimensões de 1,70m (um metro e setenta centímetros) para a faixa de serviço e 0,80m (oitenta centímetros) para a faixa de acesso, e o restante do espaço será usado como faixa livre ou passeio.
 - As calçadas com dimensão entre 4,51m (quatro metros e cinquenta e um centímetros) e 5m (cinco metros) deverão atender ao padrão da calçada de 4m (quatro metros).

32. **Acessibilidade, segundo a Lei nº 10.098/2000, é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ainda segundo o mesmo normativo, não incide em erro aquele que afirma que**
- a) em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Essas vagas deverão ser em número equivalente a um por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.
 - b) os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - c) os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - d) os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, dispensando os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.
33. **Assinale a alternativa incorreta de acordo com as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**
- a) Cabe às empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nesses serviços, para que prestem atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - b) Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual.
 - c) Os espaços livres para pessoas em cadeira de rodas e assentos reservados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida serão identificados no mapa de assentos localizados nos pontos de venda de ingresso, sejam eles físicos ou virtuais; e de divulgação do evento, quando virtuais.
 - d) Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoa portadora de deficiência visual ou com mobilidade reduzida em todos os locais onde a intensidade do fluxo de veículos, de pessoas ou a periculosidade na via assim determinarem, bem como mediante solicitação dos interessados.
34. **A partir da publicação do Decreto nº 365/2018, para a liberação dos Laudos Prévios favoráveis à localização no âmbito do Município de Maringá, torna-se obrigatório o atendimento ao disposto na Lei Federal nº 10.098/2000, ao Decreto Federal nº 5.296/2004, à NBR 9050/2015, à Lei Complementar Municipal nº 632/2006, bem como, às sucessivas alterações destas, em questões que envolvem condições de acessibilidade e edificações. Essa exigência se refere aos laudos iniciais, para alteração de atividade, alteração de endereço ou para inclusão ou exclusão de área, segundo os seguintes critérios, exceto:**
- a) a liberação de atividade, de qualquer ramo, em imóvel cujo habite-se ou certidão de conclusão de edificação tenha sido expedido após a data de 31/12/2010, fica condicionada à adequação à acessibilidade.
 - b) a liberação de atividade constante no anexo I do Decreto nº 365/2018 fica condicionada à adequação do imóvel à acessibilidade, independente do ano de expedição do habite-se ou certidão de conclusão de edificação.
 - c) será liberada em caráter definitivo a atividade que não conste no anexo I do Decreto nº 365/2018, em imóvel cujo habite-se tenha sido expedido até a data de 31/12/2010, desde que a edificação não tenha sofrido nenhuma reforma e/ou ampliação, conforme Decreto Federal 5.296/2004, artigo 18.
 - d) a liberação de atividade, de qualquer ramo, em imóvel cujo habite-se ou certidão de conclusão de edificação tenha sido expedido após a data de 31/12/2010, já adequadas nos parâmetros da NBR 9050/2004 e que possuem alvarás de projeto e/ou execução até a publicação do Decreto nº 365/2000, fica condicionada à adequação à acessibilidade.

35. A Lei complementar nº 567/2005 institui o código de saúde municipal, que dispõe sobre a organização, regulamentação, Fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde pelo Município de Maringá e dá outras providências. Segundo o normativo em questão, assinale a alternativa correta. a) Consistem em penas para quem construir, instalar, empreender ou fazer funcionar atividade ou estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária, como laboratórios de produção de medicamento, droga ou insumo, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, estabelecimentos veterinários ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando as normas legais pertinentes: advertência, suspensão, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária, multa. b) As ações de vigilância sanitária e/ou ambiental recaem sobre: captura, apreensão, registro, eliminação e controle de populações de animais sinantrópicos, peçonhentos, transmissores e/ou vetores, que representem risco à saúde do homem, sendo o Centro de Controle de Zoonoses o órgão sanitário responsável, em âmbito municipal, pela execução das ações mencionadas. c) Os prestadores de serviços, de natureza pública ou privada, que de qualquer forma participarem do SUS, ficam obrigados a prestar ao pessoal vinculado ao Sistema Municipal de Auditoria, quando exigida, toda informação necessária ao desempenho das atividades de controle, avaliações e auditoria, facilitando o acesso a documentos, pessoal e instalações, sob pena de natureza grave, além de outras medidas policiais ou jurídicas cabíveis no caso concreto. d) A atenção à saúde do trabalhador no setor público e privado, do mercado formal e informal, compreende as ações individuais e coletivas desenvolvidas no âmbito do SUS, abrangendo o atendimento à população trabalhadora através de referência especializada e horizontalizada, visando ao estabelecimento da associação entre doença-trabalho, o diagnóstico e tratamento, utilizando-se, para isso, de toda tecnologia disponível.	d) A atualização do Cadastro Municipal é obrigatória e será promovida pelo proprietário ou por seu representante legal, em até 30 (trinta) dias da data de alteração, sob pena de multa, mencionada no Anexo VII da Lei Complementar nº 910/2011.
36. Assinale a alternativa em consonância com a legislação municipal de Maringá. a) Toda aquisição de bens ou direitos que constitua fato gerador da obrigação do exercício do Poder de Polícia deverá ser comunicada às repartições competentes da Prefeitura, dentro de 15 (quinze) dias após a formalização do contrato ou qualquer outro título representativo de transferência de bem ou direito. b) A obra, exploração, instalação, funcionamento, qualquer atividade irregular poderá sofrer interdição da Prefeitura, sendo que o local onde se realiza ou abriga a irregularidade será isolado, fechado e lacrado pela Municipalidade. c) O exercício do Poder de Polícia restringe ou organiza interesse ou liberdade, atos concernentes à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, regula e disciplina a produção pública, a instalação e funcionamento de atividade econômica, consignado à concessão ou anuência do Poder Público, à garantia do direito coletivo ou individual e sustenta o direito à propriedade no território municipal.	37. São princípios que norteiam o disposto na Lei nº 13874/2019, exceto a) a boa-fé do particular perante o poder público. b) a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas. c) o reconhecimento necessário da vulnerabilidade do particular perante o Estado. d) a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas. 38. Em Maringá, impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em Unidades de Conservação, área de preservação permanente, reserva indicada pela autoridade ambiental competente é uma infração passível da seguinte sanção administrativa: a) multa de R\$ 5.000 (cinco mil reais) a R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), a cada 1.000m² de área atingida ou fração. b) multa de R\$ 5.000 (cinco mil reais) a R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), a cada 1.000m² de área atingida ou fração. c) multa de R\$ 5.000 (cinco mil reais) a R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), a cada 500m² de área atingida ou fração. d) multa de R\$ 10.000 (10 mil reais) a R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), a cada 1.000m² de área atingida ou fração. 39. Para os fins do disposto no Decreto nº 1749/2017 são considerados Grandes Geradores de resíduos, os empreendimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços público e privado, que gerem resíduos classe II (segundo definição da NBR 10004), da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com volume superior a 100 (cem) litros ou 50 (cinquenta) kg diários ou que se enquadrem, dos critérios a seguir, em pelo menos: a) área construída acima de 500 m². b) mais de 30 (trinta) funcionários, incluindo estagiários, temporários, terceirizados que trabalham habitualmente no local. c) mais de 30 (trinta) funcionários, incluindo estagiários, temporários, terceirizados que trabalham habitualmente no local e área construída acima de 500 m². d) área construída acima de 1000 m². 40. Segundo a legislação de Maringá, é incorreto afirmar que os espaços destinados a garagem ou estacionamento de veículos podem ser a) coletivos, quando aberto ao público. b) exclusivos, quando se destinarem ao uso pelo estabelecimento ou condomínio, constituindo dependência para uso exclusivo dos usuários da edificação, comumente de forma rotativa. c) coletivos, quando se destinarem à exploração comercial. d) privativos, quando pertencerem à unidade autônoma, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito da unidade.